

AO EMINENTE JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL E
DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER DE XXXXXXXX

Autos do Processo nº: º

XXXXXXXXXXXXXXX Suposto Autor do

Fato: Fulano de tal

Fulano de tal, devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX**, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro no art. 588 do Código de Processo Penal, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

Não se conformando com o recurso interposto pelo órgão do Ministério Público do XXXXXXXX, contra a respeitável decisão proferida em favor do recorrido, onde rejeitou o pleito da denúncia e, aguardando, ao final, se dignem Vossas Excelências em mantê-la, pelas razões a seguir aduzidas.

FULANO DE TAL
Defensor Público

Autos do Processo nº: º XXXXXXXXXXXXX

**Suposto Autor do Fato: FULANO DE
TAL**

CONTRARRAZÕES AO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

**Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais
XXXXXXXXXX**

**Colenda Turma,
Excelentíssimo
Relator,**

I - DA SÍNTESE DOS AUTOS

Trata-se de suposto crime de descumprimento de medidas protetivas, previsto art.24-A da Lei 11.340/06, supostamente ocorrido no dia XX de XXXde XXXX.

Narra a Denúncia que a suposta vítima foi ao encontro do suposto agressor em um bar, mesmo ciente das determinações presentes na decisão que a impediam de manter contato com o ex-companheiro, sob pena de ineficácia da medida. Na ocasião, A suposta Vítima retirou a filha em comum que estava acompanhada do pai por julgar que o ambiente não era apropriado para crianças.

Ocorre que a presente denúncia foi rejeitada pelo Juízo, por julgar atípica a conduta praticada, em razão da perda da eficácia da medida pela inobservância da medida por parte da requerente. Inconformado com a referida decisão, o Ministério Público interpôs o presente RECURSO EM SENTIDO ESTRITO,

apresentando em suas razões que a suposta vítima descumpriu o distanciamento não porque quis, mas sim porque precisou, não restando outra alternativa.

Embora este integrante do Ministério Público concorde que as medidas protetivas devam perder sua eficácia quando a própria pessoa cuja segurança é buscada aproxima-se daquele que foi proibido de fazê-lo, no presente caso houve circunstância que definitivamente exigiu a aproximação mencionada na decisão que rejeitou a denúncia.

Maria das Graças da Silva de Oliveira não aproximou-se de Harley Nicolau de Oliveira por que quis, mas sim por que precisou.

Harley havia levado a filha do ex-casal para local claramente impróprio e não havia outra alternativa para Maria das Graças além de ir até lá para, efetivamente, resgatar a criança.”

Por fim, o Juízo *a quo*, assertivamente, manteve a decisão. Em destaque, motivou-se que não existe “lei proibindo um pai de ter a companhia de seus filhos em um bar”.

II- RAZÕES DO SUPOSTO AUTOR DO FATO

O Ministério Público alega que a conduta de descumprimento da medida pela suposta vítima decorreu da necessidade de “resgatar” sua filha da exposição oferecida pelo pai a ambiente inapropriado para crianças. **Entretanto, a referida atitude, utilizando de suas próprias forças para obter aquilo que julga ser correto sobre interesses de terceiros, amolda-se a definição de autotutela.** Nos ensinamentos de Fernanda Tartuce:

Pela autotutela (ou autodefesa), o contendor resolve o conflito por sua própria força, agindo de per si para obter uma posição de vantagem em relação à situação desejada. Costuma ser mal vista por trazer em si a ideia de violência e por ser reputada um resquício de justiça privada. (TARTUCE, 2008, p. 37).

Evidencia-se que no direito brasileiro, como forma de resolução de conflitos, a autotutela somente é admitida em casos específicos em seja necessária a proteção de direitos, mas que não é possível contar com a garantia Estatal. Em exemplo, nas circunstâncias de Legítima defesa e Estado de necessidade.

Ocorre que, no contexto fático que fundamentou a

exordial acusatória, não é possível vislumbrar injusta agressão ou perigo a direito, que seja condição idônea para salvaguardar os atos de descumprimento praticados pela suposta vítima.

O caso em comento mostra-se, na verdade, uma **tentativa de usar o direito penal para a solução de uma discussão em relação à guarda dos filhos, típica de uma ação a ser impetrada em uma Vara de Direito de Família, não**

por meio de Ação Penal. Conforme depoimento dado pela suposta vítima à polícia, trata-se de uma relação conturbada com conflitos em relação à guarda da filha. Cita-se:

(...) Que terminou o relacionamento com FULANO desde janeiro 2021, contudo o **relacionamento com FULANO continua conturbado, pois HARLEY é desrespeitoso e ele e a atual namorada ficam postando insultos nas redes sociais e divergem sobre os termos da guarda da filha caçula;** (...)

Segundo Roxin¹, o **Direito Penal é subsidiário por natureza**, ou seja, apenas lesões aos direitos legais e as infrações aos fins da segurança social podem ser punidas, se for inevitável para uma vida comunitária ordenada. Quando os meios de Direito Civil ou de Direito Público forem suficientes, o Direito Penal deve se retrair. Se for usado onde outros procedimentos mais suaves são suficientes para preservar ou restaurar a ordem jurídica, ele carece da legitimidade da necessidade social.

Julgadores, seria patente **violação ao Princípio da Subsidiariedade do Direito Penal** tratar como crime uma lide que é claramente um assunto a ser tratado no âmbito do Direito de Família. Ainda mais quando se trata do crime previsto no art. 24-A da Lei Maria da Penha, crime de elevada reprovação do Direito Penal, no qual sequer há possibilidade de aplicação de medidas despenalizadoras.

Não obstante, evidencia-se que com a conduta praticada pela vítima, sem amparo legal, deve ser reprovada com pena de ineficácia das medidas, conforme a decisão proferida. Sendo assim, dando causa e legitimidade a conduta praticada pelo suposto ofensor, que de forma similar, mas posterior, procurou a

suposta vítima para reaver a guarda da filha. Questiona-se então, se a conduta da suposta vítima é respaldada pelo órgão ministerial, por que a do suposto ofensor não seria?

Ademais, **para a configuração da justa causa, há necessidade de demonstração dolo do réu em descumprir a medida protetiva, o que pode ser**

rebatido pela própria denúncia do Órgão Ministerial, na qual é afirmado que, no momento em que o suposto autor do fato foi confrontado com a existência de medidas protetivas, prontamente deixou o local. *In verbis*:

No momento em que Maria chegava em sua casa, deparou-se com Harley, que havia chegado ao local antes dela, e passou a proferir xingamentos contra ela. Após ser advertido por Maria que ele não poderia estar ali em razão da existência de medidas protetivas, FULANO deixou o local.

Conforme preceitua o artigo 395, III, do Código de Processo Penal, a Justa Causa constitui condição necessária a propositura da ação penal. Não há justa causa sem que exista tipicidade da conduta praticada, sendo, por conclusão lógica, a rejeição da Denúncia a consequência jurídica nos casos de ausência dos referidos elementos.

Assim já se posicionou o Supremo Tribunal Federal acerca

do tema: *AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. VIOLAÇÃO SECUAL MEDIANTE FRAUDE. EXTINÇÃO ANÔMOLA DA AÇÃO PENAL. QUESTÕES DE MÉRITO QUE DEVEM SER DECIDIDAS PELO JUIZ NATURAL DA CAUSA. PRECEDENTES.*

1.A justa causa é exigência legal para o recebimento da denúncia, instauração e processamento da ação penal, nos termos do artigo 395, III, do Código de Processo Penal, e consubstancia-se pela somatória de três componentes essenciais: (a) TIPICIDADE (adequação de uma conduta fática a um tipo penal); (b) PUNIBILIDADE (além de típica, a conduta precisa ser punível, ou seja, não existir quaisquer das causas extintivas da punibilidade); (c) VIABILIDADE (existência de fundados indícios

de autoria); [...]

(STF, HC 144343, Relator: Ministro Alexandre de Moraes, 1ª Turma, julgado em 25/08/2017, DJE: 8/9/2017).

Portanto, a decisão do Juízo a quo deve ser mantida por esses e pelos argumentos da decisão.

III - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer seja negado provimento ao recurso e a decisão mantida.

FULANO DE TAL
Defensor Público

